

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

#### 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestar serviços de guarda e atendimento médico veterinário, com microchipagem, de animais de médio e grande porte, dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. <b>Requisitante:</b>	Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal - SEBEA
1.3. <b>Fundamento legal:</b>	Pregão eletrônico nos termos do Art. 28, I, c/c Art. 33, I, c/c Art. 17, §2º da Lei nº 14.133/2021
1.4. <b>Período:</b>	01 (um) ano
1.5. <b>Tipo:</b>	Menor preço por lote (lote único) nos termos da Lei 14.133/2021

1.6. Contratação de empresa especializada para prestar serviços de recolhimento, transporte, guarda e atendimento médico veterinário, com microchipagem, de animais de médio e grande portes, dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	CATSER	Especificação	Unidade de medida	Quantidade
<b>Lote único</b>				
<b>1</b>	13900	Contratação futura e eventual de empresa especializada para prestar serviços e transporte de animais de médio e grande portes, soltos em vias e logradouros públicos, dentro dos	Mês	12



		limites do Município de Nova Friburgo bem como guarda e atendimento médico veterinário, com microchipagem, de animais de médio e grande porte, dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Bem-estar e Proteção Animal, pelo período de 01 (um) ano.		
--	--	--	--	--

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021

1.9. A prestação de serviço é enquadrada como continuada conforme exposto no Estudo Técnico Preliminar.

1.10. Trata-se de Serviço comum, ou seja, apresenta padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, tendo como critério de julgamento o menor preço por lote (lote único).

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021)**

A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Insta salientar que, para fins de elaboração deste Termo de Referência, consideram-se:

- a) **Animais de médio porte:** aqueles pertencentes às espécies caprina, ovina e suína;
- b) **Animais de grande porte:** aqueles pertencentes às espécies equina, muar, asinina e bovina;
- c) **Animais soltos:**
  - i) animais encontrados em lugares públicos, desacompanhado de seu proprietário ou responsável;
  - ii) animais transportados de maneira desordenada ou não apropriada, sem o devido acompanhamento ou assistência do responsável.



- d) **Animais apreendidos:** todo e qualquer animal capturado pela empresa a ser contratada para tal finalidade, compreendendo desde o instante da captura, seu transporte, alojamento nas dependências da Empresa, e destinação final;
- e) **Captura:** o ato de prender, arrestar, tomar, aprisionar, deter qualquer animal encontrado solto pelas vias e logradouros públicos do Município;
- f) **Transporte:** o ato de transporte dos animais apreendidos, executado pela empresa a ser contratada mediante determinação da autoridade competente, do local em que se encontra no momento da determinação até o local destinado para sua guarda;
- g) **Remoção:** o ato de retirada, executado pela empresa a ser contratada, de corpos dos animais que vieram à óbito por qualquer circunstância e que se encontrem abandonados em vias e logradouros públicos, com transferência até sua destinação final;
- h) **Guarda de animais:** manutenção dos animais apreendidos e a vigilância exercida sobre os mesmos, com o fim de retê-los, cuidá-los, inclusive com atendimento médico veterinário, alimentá-los, ou, ainda, para não se evadirem;
- i) **Área específica:** local destinado a guarda ou permanência dos animais apreendidos dotada de infraestrutura necessária para receber os animais capturados em condições dignas, de qualidade, dotados de currais, conforme o espécime do animal;
- j) **Estadia:** tempo de permanência do animal no local destinado para esse fim, decorrido entre a apreensão do animal e sua efetiva liberação;
- k) **Alimentação:** produtos destinados a nutrição específica da espécie, adequados a sua fisiologia;
- l) **Medicação:** fármacos mínimos para garantir continuidade no tratamento e socorro emergencial.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

Considerando a solução escolhida para sanar a atual demanda da Administração Pública, a descrição da solução como um todo abrange a contratação de empresa especializada com fornecimento de toda a infraestrutura, mão de obra e todos os materiais, equipamentos, insumos, medicamentos e alimentação necessários à execução dos serviços desde a captura do animal até sua liberação, seja mediante devolução ao tutor ou adoção.

Destaca-se que, normalmente, o processo licitatório tem por finalidade uma compra ou contratação específica. Após todo o procedimento legal, com assinatura do contrato administrativo, o objeto é cumprido pela Contratada e finda-se o processo.

Entretanto, a licitação pelo SRP destina-se a registrar valores de fornecedores (que assumem o compromisso de entregar os bens ou executar os serviços durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços - prazo máximo de doze meses - e nas condições nela estipuladas) para contratações eventuais futuras, que poderão ocorrer quantas vezes forem necessárias dentro do prazo de validade da ata e respeitadas as condições e quantidades nela estipuladas.

Uma vez descrita a necessidade atual da Administração Pública e a impossibilidade desta de prestar diretamente o serviço demandado com meios próprios, já que não há insumos, mão de obra ou infraestrutura no Município de Nova Friburgo capaz de suprir a necessidade anteriormente exposta, somando-se a isso o fato de ser perceptível que existem no mercado distintas empresas que oferecem o serviço de captura, transporte, guarda, acompanhamento médico veterinário e microchipagem de animais de médio e grande portes, não sendo serviço estranho ao mercado, de modo a garantir a competitividade, bem como a impossibilidade de prever com exatidão o número de capturas a serem realizadas/utilizadas, podendo, ou não, ser requisitada a totalidade dos serviços contratados, a depender da demanda da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal, **verifica-se que não foi possível a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços, quanto à captura, se faz necessário que o serviço de guarda e captura sejam realizados em um único lote, considerando o exposto no item anterior, revelando-se necessidade de que seja realizado o pagamento fixo mensal, tendo em vista a essência da contratação, não sendo possível o seu desmembramento.**

Por fim, como critério de vantajosidade e economicidade, será adotado o julgamento pelo menor preço global, conforme melhor justificado no item 9 do Estudo Técnico Preliminar.

**A contratação pretendida tem caráter continuado e é essencial, conforme já exposto no tópico *Descrição da Necessidade* e deverá ser executada sem exclusividade de mão de obra.**

Os serviços serão continuados e prestados em toda a expansão territorial urbana do Município de Nova Friburgo, de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados.

Caberá às empresas executar conforme a melhor técnica, os procedimentos de apreensão, transporte e guarda dos animais, obedecendo rigorosamente às normas técnicas respectivas e as Legislações Municipais, Estaduais e Federais pertinentes ao objeto da contratação.

As empresas deverão dispor de equipe mínima formada por:

- Captura de animais e transporte: 01 (um) motorista, 01 (um) auxiliar laçador e 01 (um) médico veterinário;



- Guarda: 01 (um) auxiliar/tratador e 01 (um) médico veterinário.

Para melhor elucidação da execução, passa-se a realização de detalhamento de cada uma das etapas:

### **Dos serviços de captura e transporte de animais**

#### **a) Da captura dos animais:**

- A empresa deverá disponibilizar linha telefônica com acesso à internet durante 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 dias por semana, para recebimento de chamadas e notificações, também, via aplicativo *WhatsApp*;
- O acionamento do serviço poderá ser realizado pela Subsecretaria de Bem-Estar Animal - SSUBEA, ou por qualquer pessoa que realize denúncia por meio do número de contato a ser disponibilizado;
- Membros dentre os que compõem a equipe mínima deverão se encaminhar até o local da notícia para realizar a captura do(s) animal(ais);
- A empresa deverá fornecer todos os equipamentos de proteção individual - EPIs, e demais insumos para a captura do(s) animal(ais), utilizando da melhor técnica, obedecendo rigorosamente às normas técnicas respectivas e as Legislações Municipais, Estaduais e Federais pertinentes.

#### **b) Do veículo e transporte dos animais**

- O transporte deverá seguir todas as normativas legais de segurança para os funcionários e para os animais, além de atender as exigências legais/sanitárias existentes para realização da atividade;
- O transporte de animais deverá ser realizado em veículo apropriado para o transporte de carga viva, que comporte no mínimo 03 (três) animais, com rampa de acesso firme e inclinação ampla e segura, em condições de uso e higienização, sem riscos de fuga de animais no trajeto até o local da guarda, procurando manter uma situação segura em relação aos animais;
- O veículo deverá conter rampa de acesso e assoalho emborrachado e antiderrapante, além de permitir a ampla circulação do ar;
- Durante as diligências/chamadas advindas da contratação, veículo deverá estar identificado com plaqueta branca de 40cm x 40cm que contenha o brasão de Nova Friburgo com a seguinte expressão "Veículo a serviço da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo", conforme exemplo abaixo:



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

VEÍCULO A SERVIÇO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO



O veículo deverá estar em perfeitas condições de uso, em bom estado de conservação, possuir acessórios necessários e seguros para o embarque, desembarque e transporte, devendo ser realizada limpeza interna e externa sempre que necessário;

- Caso ocorra alguma falha que impossibilite o veículo de seguir o deslocamento previsto, a empresa deverá substituí-lo imediatamente por outro nas condições especificadas, sem que haja descontinuidade na execução dos serviços;
- O veículo de propriedade ou locado pela empresa contratada, que será destinado ao transporte dos animais, deverá estar com todos os tributos e taxas pagos, com o licenciamento válido, segurado, além de estar com as vistorias e licenças específicas válidas, atestando que o mesmo está apto para execução dos serviços;
- O motorista que executará o serviço deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação – CNH habilitado na categoria compatível com o veículo, bem como eventuais habilitações exigidas por Lei e demais regulamentações;
- Os animais não poderão, sob nenhuma hipótese, serem arrastados;
- Caso o veículo necessite de manutenção corretiva/preventiva, ou que por qualquer motivo precise ser paralizado, a empresa deverá substituí-lo, às suas próprias custas, a fim de que não haja interrupção dos serviços;
- Os gastos com combustível, manutenção, ou qualquer outra despesa relacionada ao veículo será de responsabilidade da empresa.

No caso em que o animal venha a falecer durante o transporte do lugar de captura até o local de guarda, fica a empresa responsável, por meio de seu veterinário, atestar o óbito e, posteriormente, dar a correta destinação ao corpo do animal. Salienta-se que nos casos em que o animal já se encontra falecido em vias e logradouros públicos do Município de Nova Friburgo, a Subsecretaria de Serviços Públicos realiza a remoção, não havendo assim necessidade de a presente contratação abranger o serviço de remoção de animais mortos.



O procedimento de captura e transporte deverá ser instruído com, no mínimo, as seguintes informações:

- I. local/endereço + coordenadas onde o animal foi apreendido;
- II. características do animal, tais como: raça, cor da pelagem, marcas e detalhes particulares;
- III. foto(s) do animal para fins de registro e comprovação das informações lançadas;
- IV. em caso de óbito dentro do transporte, apresentação de Atestado de Óbito, com causa da morte, assinado pelo médico-veterinário responsável, bem como relatório detalhado do ocorrido.

**Do serviço de guarda dos animais com atendimento médico-veterinário**

**a) Da guarda dos animais**

- O local de guarda deverá ser adequado, com baias cobertas individualizadas e área de pastagem, com atendimento às condições higiênico-sanitária, principalmente no que tange à alimentação e água oferecida aos animais, localizado dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo;
- Os animais deverão ter contato com assistência médica veterinária, a fim de que sejam avaliados e microchipados, quando ainda não forem, de forma indolor, garantindo assim a integridade física e de saúde dos animais;
- Os animais deverão receber alimentação específica para cada espécie, bem como adequada à sua fisiologia;
- Imediatamente após o primeiro contato com o médico veterinário, e se necessário, os animais deverão receber os medicamentos prescritos e serem mantidos em isolados de outros animais;
- Todos os equinos deverão ser submetidos à realização de exame de sangue para diagnóstico quanto à Anemia Infecciosa Equina - AIE, sendo certo que, no caso de diagnósticos positivos, a Contratada deverá comunicar ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, a fim de que seja cumprida a legislação vigente, em especial a Instrução Normativa nº 045, de 15 de junho de 2004 do MAPA, por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária;
- O médico veterinário que será responsável pelos tratamentos deverá ter registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária ativo;



- O local deverá ser estruturado de forma que se evite fuga dos animais, além de dispor de sistema de câmeras de segurança para coibir furtos ou retirada de animais capturados sem a devida autorização;
- A empresa deverá dispor de leitor universal de transponders (microchip) e aplicador de microchip para utilização nos animais apreendidos.

Após a captura e guarda do animal, o tutor deverá comparecer à Secretaria de Bem-Estar e Proteção Animal - , no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da captura, com documentos pessoais, comprovante de residência e comprovação de propriedade do animal, que só será liberado posteriormente ao recolhimento das taxas devidas, nos termos dos arts. 273 e 274 c/c Anexo II - Tabela VIII - *Taxa de Expediente (TE)* da Lei Complementar nº 124/2018 (Código Tributário Municipal), em especial no que tange à apreensão do animal e o depósito por dia/fração. O número de diárias a serem recolhidas deverá ser igual ao número de dias que o animal ficar apreendido, conforme regulamentado através do Decreto nº 1.375, de 18 de março de 2022.

A liberação do animal capturado estará vinculada, ainda, à lavratura de procedimento formal, que será arquivado junto à empresa e à Secretaria de Bem-Estar e Proteção Animal . O procedimento terá por finalidade possibilitar eventual consulta, principalmente em caso de nova ocorrência que envolva o animal, tornando mais fácil a localização do proprietário, para fins de eventual responsabilização.

O procedimento de guarda deverá ser instruído com, no mínimo, as seguintes informações:

- I. dados de dia e horário em que o animal foi recebido no local de guarda;
- II. o número da microchipagem;
- III. cadastro e qualificação completa do proprietário do animal (caso este seja identificado);
- IV. características do animal, tais como: raça, cor da pelagem, marcas e detalhes particulares;
- V. foto(s) do animal para fins de registro e comprovação das informações lançadas;
- VI. resultados de eventuais exames realizados, incluindo os obrigatórios, e as providências que foram tomadas ou se encontram em andamento.

No caso em que o animal não for retirado dentro do prazo previsto, o mesmo será colocado para adoção responsável.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)**



Os requisitos da contratação são aqueles necessários e indispensáveis para que se atinja o objetivo de encontrar a solução mais adequada para uma contratação que melhor atenda aos objetivos da Administração. Eles orientam e delimitam a forma como será feita a execução dos serviços, assegurando que atendam às necessidades e expectativas da contratação.

Dessa forma, a contratação deverá conter os seguintes requisitos mínimos:

- Serviço continuado, de forma ininterrupta, 24 horas por dia, sete dias por semana, inclusive sábados, domingos e feriados;
- Local e instalações apropriadas com alimentação adequada disponível, localizado dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo;
- Equipe mínima formada por 01 (um) auxiliar/tratador e 01 (um) médico veterinário.
- Assistência médica veterinária de forma a garantir a integridade física e saúde dos animais;
- Canal de atendimento para recebimento de chamadas e notificações via aplicativo *WhatsApp*, com acesso à internet durante 24hs por dia e 7 dias por semana;
- Os serviços deverão ser prestados diretamente pela contratada, face aos riscos inerentes à própria execução e de prejuízos para o serviço demandado, pois o objeto intentado, quando executado por vários contratados, poderá não ser integralmente ou satisfatoriamente prestado;

Para o melhor atendimento às necessidades da Administração, devem ser atendidos os seguintes padrões mínimos de qualidade e desempenho:

- o médico veterinário que será responsável pelos tratamentos deverá ter registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária ativo;
- o local de guarda deverá ser adequado, com baias cobertas individualizadas e área de pastagem, com atendimento às condições higiênico-sanitária, principalmente no que tange ao abrigo, à alimentação e água oferecida aos animais.

Cabe ainda salientar que os serviços deverão ser executados obedecendo toda legislação vigente, em especial:

- a) Lei nº 14.133/2021- Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Lei Estadual nº 3.900/2002 - Institui o Código de Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e suas atualizações;
- c) Lei Municipal 4.637/2019 - Institui a Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo;



- d) Lei Complementar nº 124/2018 - Institui o Código Tributário Municipal de Nova Friburgo, e dá outras providências;
- e) Lei Complementar nº 069/2012 - Institui o Código Sanitário de Nova Friburgo, e dá outras providências;
- f) Lei nº 5.517/1968 - Dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, bem como suas atualizações e regulamentações; e
- g) Demais legislações pertinentes ao objeto da contratação.

**Dos critérios de Sustentabilidade:**

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, a empresa licitada terá como obrigação gerenciar adequadamente todos os resíduos sólidos e/ou rejeitos provenientes da prestação de serviços a ser executada, seguindo a legislação em vigor.

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, devido à natureza do objeto solicitado no presente.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)**

Considerando a solução escolhida para sanar a atual demanda da Administração Pública, a descrição da solução como um todo abrange a contratação de empresa especializada com fornecimento de toda a infraestrutura, mão de obra e todos os materiais, equipamentos, insumos, medicamentos e alimentação necessários à execução dos serviços desde a captura do animal até sua liberação.

Os serviços serão continuados e prestados dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo, de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados.

Caberá à empresa executar conforme a melhor técnica, os procedimentos de guarda dos animais e atendimento médico veterinário, com microchipagem, obedecendo rigorosamente às normas técnicas respectivas e as Legislações Municipais, Estaduais e Federais pertinentes ao objeto da contratação.

A empresa deverá dispor de equipe mínima formada por 01 (um) auxiliar/tratador e 01 (um) médico veterinário.

Para melhor elucidação da execução, passa-se ao detalhamento:



- **Da guarda dos animais**

- O local de guarda deverá ser adequado, com baias cobertas individualizadas e área de pastagem, com atendimento às condições higiênico-sanitária, principalmente no que tange à alimentação e água oferecida aos animais, localizado dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo;
- Os animais deverão ter contato com assistência médica veterinária, a fim de que sejam avaliados e microchipados, quando ainda não forem, de forma indolor, garantindo assim a integridade física e de saúde dos animais;
- Os animais deverão receber alimentação específica para cada espécie, bem como adequada à sua fisiologia;
- Imediatamente após o primeiro contato com o médico veterinário, e se necessário, os animais deverão receber os medicamentos prescritos e serem mantidos em isolados de outros animais;
- Todos os equinos deverão ser submetidos à realização de exame de sangue para diagnóstico quanto à Anemia Infecciosa Equina - AIE, sendo certo que, no caso de diagnósticos positivos, a Contratada deverá comunicar ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, a fim de que seja cumprida a legislação vigente, em especial a Instrução Normativa nº 045, de 15 de junho de 2004 do MAPA, por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária;
- O médico veterinário que será responsável pelos tratamentos deverá ter registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária ativo;
- O local deverá ser estruturado de forma que se evite fuga dos animais, além de dispor de sistema de câmeras de segurança para coibir furtos ou retirada de animais capturados sem a devida autorização;
- A empresa deverá dispor de leitor universal de transponders (microchip) e aplicador de microchip para utilização nos animais apreendidos.

Após a captura e guarda do animal, o tutor deverá comparecer à Secretaria do Bem-Estar e Proteção Animal - SEBEA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da captura, com documentos pessoais, comprovante de residência e comprovação de propriedade do animal, que só será liberado posteriormente ao recolhimento das taxas devidas, nos termos dos arts. 273 e 274 c/c Anexo II - Tabela VIII - *Taxa de Expediente (TE)* da Lei Complementar nº 124/2018 (Código Tributário Municipal), em especial no que tange à apreensão do animal e o depósito por dia/fração. O número de diárias a serem recolhidas deverá ser igual ao número de dias que o animal ficar apreendido, conforme regulamentado através do Decreto nº 1.375, de 18 de março de 2022.

A liberação do animal capturado estará vinculada, ainda, à lavratura de procedimento formal, que será arquivado junto à empresa e à Secretaria do Bem-Estar e Proteção Animal - SEBRA. O procedimento terá por finalidade possibilitar eventual consulta, principalmente em caso de nova ocorrência que envolva o animal, tornando mais fácil a localização do proprietário, para fins de eventual responsabilização.

O procedimento de guarda deverá ser instruído com, no mínimo, as seguintes informações:

- I. dados de dia e horário em que o animal foi recebido no local de guarda;
- II. o número da microchipagem;
- III. cadastro e qualificação completa do proprietário do animal (caso este seja identificado);
- IV. características do animal, tais como: raça, cor da pelagem, marcas e detalhes particulares;
- V. foto(s) do animal para fins de registro e comprovação das informações lançadas;
- VI. resultados de eventuais exames realizados, incluindo os obrigatórios, e as providências que foram tomadas ou se encontram em andamento.

No caso em que o animal não for retirado dentro do prazo previsto, o mesmo será colocado para adoção responsável.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).



6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.10. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº 14.133/21.

6.11. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.12. O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for

necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)**

7.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de:

---

**Município De Nova Friburgo, CNPJ: 28.606.630/0001-23**  
**Endereço: Avenida Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo -**  
**RJ**  
**CEP: 28613-001**

---

7.2. Da liquidação da despesa:

7.2.1. A liquidação será realizada pela Secretaria de Fazenda (SEFAZ), a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html).



7.2.2. Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.[https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html)

7.3. Do pagamento da despesa:

7.3.1. O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

7.3.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.3.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.3.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.3.5. O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.



**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2º, c/c art. 33, inciso I, c/c art. 78, inciso IV, c/c art. 82, §1º, todos da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

**8.12.1. Habilitação Jurídica:**

a - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou,

devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.12.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

8.12.1.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº

1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:**

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

**8.14 Qualificação Econômico-Financeira:**

8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar,

juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.14.8 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.14.9 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.14.10 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.14.11 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.14.12 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.14.13 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante

declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **8.15 Qualificação Técnica:**

8.15.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.15.4 - Registro ou inscrição do médico veterinário integrante da equipe mínima, no Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV, em plena validade.

8.15.5 - Indicação do profissional como responsável pelos serviços.

### **9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:**

#### **9.1. Da Contratada:**

- atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

- atender ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

- **somente recolher animais mediante autorização da SEBEA que emitirá ORDEM DE SERVIÇO - RECOLHIMENTO DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE na forma do anexo VI deste termo de referência;**

- responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;

- providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 48 da Lei 14.133/2021;
- manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- acatar prontamente as exigências e observações da fiscalização da contratante
- executar o objeto da contratação no Município de Nova Friburgo, atendendo às solicitações da Secretaria de Bem-Estar e Proteção Animal;
- receber eventuais animais remanescentes no local da antiga contratada em suas dependências, passando a por eles se responsabilizar;



- as solicitações poderão ocorrer de segunda-feira a sexta-feira, finais de semana e feriados, em qualquer horário do dia ou à noite, ou seja, 24 horas por dia, e em qualquer localidade do Município de Nova Friburgo, para efetuar a guarda dos animais;
- arcar com todos os gastos relativos à prestação dos serviços, incluindo faturas de consumo (água, energia elétrica, telefonia, internet, dentre outros), danos materiais ou pessoais para com os funcionários ou a terceiros;
- registrar por vídeos e fotos o recebimento do animal no local da guarda e disponibilizar os arquivos sempre que solicitado pela Contratante;
- assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da execução do serviço pelo Contratante, bem como permitir o acesso aos registros e às informações consideradas necessárias;
- comunicar à unidade requisitante, de imediato, eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento das obrigações constantes neste Termo de Referência, no Edital e no contrato;
- reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte o(s) serviço(s) em que se verifique falha, bem como, providenciar a substituição/reexecução dos mesmos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação que lhe for entregue oficialmente;
- organizar-se técnica e administrativamente de modo a cumprir com eficiência as obrigações assumidas;
- fornecer as informações necessárias para que a Contratante preste esclarecimentos à população sobre eventuais Ouvidorias recebidas;
- responsabilizar-se pela segurança e integridade física dos animais durante o período de guarda até a devida liberação, respondendo por eventuais, acidentes, furtos ou fatos que influem na integridade física dos animais;
- **apresentar para Contratante FICHA DE ENTRADA DO ANIMAL NO ABRIGO na forma do modelo anexo I do TR, FICHA DE SAÍDA DO ANIMAL DO ABRIGO na forma do modelo anexo II do TR, RELATÓRIO DE COMPRA DE MEDICAMENTOS E INSUMOS VETERINÁRIOS na forma do modelo anexo III do TR consoante tabela I e II do TR, RELATÓRIO MENSAL DOS SERVIÇOS REALIZADOS na forma do anexo IV do TR e RELATÓRIO ESTADIA DE ANIMAIS CAPTURADOS EM MESES ANTERIORES na forma do anexo V;**
- fornecer ferramentas, equipamentos, insumos e produtos a serem utilizados na execução dos serviços, sem ônus adicional para o município, incluindo serviços de instalação/adequação elétrica, hidráulica e de alvenaria, bem como os EPI's mínimos para manutenção da segurança e integridade física de seus funcionários;





- todos os funcionários destacados pela Contratada para a execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência deverão apresentar-se ao trabalho, devidamente uniformizados com identificação, e deverão receber orientações gerais de segurança específica para a execução de cada tarefa, mesmo que rotineira.

- será terminantemente proibido aos funcionários da Contratada, durante a jornada de trabalho em qualquer função relativa ao contrato, pedir ou receber gratificações de qualquer tipo, sejam elas concedidas a que título for;

- manter durante toda a execução do contrato a equipe mínima composta por 01 (um) auxiliar/tratador e 01 (um) médico veterinário;

- manter durante toda a execução do contrato os medicamentos e insumos elencados nas tabelas do Anexo I deste Termo de Referência, tendo em vista que a aquisição dos itens é fundamental para garantir a eficácia e a segurança nos primeiros socorros de grandes animais que venham a ser atendidos emergencialmente. Materiais como seringas, agulhas e ataduras são imprescindíveis para a realização de curativos e a administração de medicamentos injetáveis. A solução de Ringer com lactato será essencial para reidratação e reposição de eletrólitos, principalmente em casos de desidratação aguda ou choque. A escolha de medicamentos como anti-inflamatórios e antibióticos visa oferecer suporte imediato à saúde dos animais, prevenindo complicações secundárias enquanto se aguarda um atendimento veterinário especializado;

- manter durante toda a execução do contrato o local em boas condições e com atendimento aos requisitos mínimos exigidos neste Termo de Referência;

- a Contratada deverá providenciar a substituição de qualquer funcionário seu que vier a ser declarado inadequado para o exercício da função, seja por imperícia técnica ou por atitude considerada inconveniente, cabendo à fiscalização determiná-la através de comunicação formal, justificando seu ato e estabelecendo o prazo máximo para o atendimento, que não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) horas;

- permanecer no grupo de mensagens pelo aplicativo *Whatsapp*, a ser implantado pela SEBEA, devendo comunicar imediatamente todas as solicitações recebidas diretamente, ou seja, sem intermediação da SEBEA;

- prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

- independentemente da fiscalização por funcionários da Contratante se dar diariamente ou periodicamente, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne à execução dos serviços contratados;

- assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos causados em decorrência da prestação dos serviços contratados e/ou do não



atendimento das exigências especificadas, independentemente se causados pelos empregados da Contratada ou seus prepostos;

- observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outros não mencionados, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta ou indireta do contrato a ser celebrado, isentando a contratante de qualquer responsabilidade;

- a Contratada não poderá subcontratar total ou parcialmente;

- a Contratada não poderá associar-se a outrem, ceder, transferir total ou parcialmente, realizar fusão, cisão ou incorporação do objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante;

- a Contratada responderá por perdas e danos que, porventura, venha sofrer a Contratante e/ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

- ficar sempre à disposição para eventuais visitas da fiscalização do contrato pela Contratante ou por quem esta autorizar, que poderá ocorrer sem a necessidade de sua prévia ciência.

#### 9.2. Da Contratante:

- Emitir **ORDEM DE SERVIÇO PARA RECOLHIMENTO DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE** na forma do anexo VI deste termo de referência;

- comunicar à Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

- efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

- promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

- rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

- observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

- prestar à Contratada informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;



- demais condições constantes do edital de licitação;

## **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1. Comete infração administrativa a contratada que:

- 10.1.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.1.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 10.1.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

- 10.3.1. advertência;
- 10.3.2. multa;
- 10.3.3. impedimento de licitar e contratar;
- 10.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4. compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5. compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6. moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7. moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

**11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).**

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil reais)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

**12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).**

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, em dotação vinculada à Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal - SEBEA, na forma abaixo:

Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
65005.1854200292.074	172000000017	33903900

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal.

Nova Friburgo/RJ, 11 de julho de 2025.

Apoio Técnico:	
<hr/> <b>Luiz Fernando Bonin Freitas</b> Matr.: 299.467	<hr/> <b>Higor Nascimento Silva Lombardo</b> Matr.: 301.344



Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como **AUTORIZO O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

---

**André Luiz Silva de Moraes**  
Secretário do Bem Estar e Proteção Animal  
Matr.: 063.731

**TABELA ! - Materiais e Medicamentos mínimos para Ruminantes**

Produto	Apresentação	Indicação	Quantidade	Observações
<b>Meloxicam injetável 2%</b>	Frasco de 50 mL	Anti-inflamatório e analgésico	1 frascos	Para inflamações agudas e dor
<b>Ivermectina injetável 1%</b>	Frasco de 50 mL	Antiparasitário	3 frascos	Controle de parasitas
<b>Gentamicina injetável 10%</b>	Frasco de 50 mL	Antibiótico de amplo espectro, infecções de pele	2 frascos	Para infecções cutâneas
<b>Soro fisiológico 0,9%</b>	Caixa com 12 frascos de 1L	Reposição de líquidos e irrigação de feridas	1 caixa	Uso geral em reidratação e curativos
<b>Ringer com lactato</b>	Caixa com 12 frascos de 1L	Reposição de líquidos e eletrólitos	1 caixa	Para reposição de líquidos
<b>Iodo povidine solução tópica 10%</b>	Frasco de 1 L	Antisséptico para limpeza de feridas	1 frasco	Para desinfecção de feridas
<b>Atadura</b>	Tamanho 20 cm x 1,2 m	Suporte para curativos	10 unidades	Para uso em contenção e proteção
<b>Gaze estéril</b>	7,5 x 7,5 cm	Curativos em feridas	50 unidades	Para cobertura estéril de lesões
<b>Esparadrapo</b>	10 cm x 4,5 m	Fixação de curativos	1 rolo	Para fixação de gaze e ataduras
<b>Álcool 70%</b>	Frasco de 1 L	Antisséptico para pele	1 frasco	Uso em desinfecção de áreas de aplicação
<b>Luvas descartáveis estéreis</b>	Caixa com 100 unidades	Proteção e higiene em procedimentos	1 caixa	Uso obrigatório para biossegurança
<b>Seringa de 10 mL</b>	Caixa com 100 unidades	Aplicação de medicamentos injetáveis	1 caixa	Para aplicação de medicamentos
<b>Seringa de 20 mL</b>	Caixa com 100 unidades	Aplicação de medicamentos injetáveis	1 caixa	Para aplicação de medicamentos
<b>Agulha 40x8 mm</b>	Caixa com 100 unidades	Aplicação de medicamentos injetáveis	1 caixa	Para uso em grandes animais

**TABELA II - Materiais e Medicamentos mínimos para Equideos**

<b>Produto</b>	<b>Apresentação</b>	<b>Indicação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Observações</b>
<b>Fenilbutazona injetável 20%</b>	Frasco de 100 mL	Anti-inflamatório	1 frasco	Para inflamação e dor
<b>Meloxicam injetável 2%</b>	Frasco de 50 mL	Anti-inflamatório e analgésico	2 frascos	Para inflamações agudas e dor
<b>Ivermectina injetável 1%</b>	Frasco de 50 mL	Antiparasitário	3 frascos	Controle de parasitas
<b>Gentamicina injetável 10%</b>	Frasco de 50 mL	Antibiótico de amplo espectro, infecções de pele	2 frascos	Para infecções cutâneas
<b>Ringer com lactato</b>	Caixa com 12 frascos de 1L	Reposição de líquidos e eletrólitos	1 caixa	Para reposição de líquidos
<b>Soro fisiológico 0,9%</b>	Caixa com 12 frascos de 1L	Reposição de líquidos e irrigação de feridas	1 caixa	Uso geral em reidratação e curativos
<b>Iodo povidine solução tópica 10%</b>	Frasco de 1 L	Antisséptico para limpeza de feridas	2 frascos	Para desinfecção de feridas
<b>Atadura</b>	Tamanho 20 cm x 1,2 m	Suporte para curativos	10 unidades	Para uso em contenção e proteção
<b>Gaze estéril</b>	7,5 x 7,5 cm	Curativos em feridas	50 unidades	Para cobertura estéril de lesões
<b>Espadrado</b>	10 cm x 4,5 m	Fixação de curativos	1 rolo	Para fixação de gaze e ataduras
<b>Álcool 70%</b>	Frasco de 1 L	Antisséptico para pele	1 frasco	Uso em desinfecção de áreas de aplicação
<b>Luvas descartáveis estéreis</b>	Caixa com 100 unidades	Proteção e higiene em procedimentos	1 caixa	Uso obrigatório para biossegurança
<b>Seringa de 10 mL</b>	Caixa com 100 unidades	Aplicação de medicamentos injetáveis	1 caixa	Para aplicação de medicamentos
<b>Seringa de 20 mL</b>	Caixa com 100 unidades	Aplicação de medicamentos injetáveis	1 caixa	Para aplicação de medicamentos
<b>Agulha 40x8 mm</b>	Caixa com 100 unidades	Aplicação de medicamentos injetáveis	1 caixa	Para uso em grandes animais



**TABELA III - Materiais e Medicamentos mínimos para Suínos**

<b>Produto</b>	<b>Apresentação</b>	<b>Indicação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Observações</b>
<b>Meloxicam injetável 2%</b>	Frasco de 50 mL	Anti-inflamatório e analgésico	2 frascos	Para inflamações agudas e dor
<b>Ivermectina injetável 1%</b>	Frasco de 50 mL	Antiparasitário	3 frascos	Controle de parasitas
<b>Gentamicina injetável 10%</b>	Frasco de 50 mL	Antibiótico de amplo espectro, infecções de pele	2 frascos	Para infecções cutâneas
<b>Soro fisiológico 0,9%</b>	Caixa com 12 frascos de 1L	Reposição de líquidos e irrigação de feridas	1 caixa	Uso geral em reidratação e curativos
<b>Ringer com lactato</b>	Caixa com 12 frascos de 1L	Reposição de líquidos e eletrólitos	1 caixa	Para reposição de líquidos
<b>Iodo povidine solução tópica 10%</b>	Frasco de 1 L	Antisséptico para limpeza de feridas	2 frascos	Para desinfecção de feridas
<b>Atadura</b>	Tamanho 20 cm x 1,2 m	Suporte para curativos	10 unidades	Para uso em contenção e proteção
<b>Gaze estéril</b>	7,5 x 7,5 cm	Curativos em feridas	50 unidades	Para cobertura estéril de lesões
<b>Esparadrapo</b>	10 cm x 4,5 m	Fixação de curativos	1 rolo	Para fixação de gaze e ataduras
<b>Álcool 70%</b>	Frasco de 1 L	Antisséptico para pele	1 frasco	Uso em desinfecção de áreas de aplicação
<b>Luvas descartáveis estéreis</b>	Caixa com 100 unidades	Proteção e higiene em procedimentos	1 caixa	Uso obrigatório para biossegurança
<b>Seringa de 20 mL</b>	Caixa com 100 unidades	Aplicação de medicamentos injetáveis	1 caixa	Para aplicação de medicamentos
<b>Seringa de 10 mL</b>	Caixa com 100 unidades	Aplicação de medicamentos injetáveis	1 caixa	Para aplicação de medicamentos





<b>Aguilha 40x8 mm</b>	Caixa com 100 unidades	Aplicação de medicamentos injetáveis	1 caixa	Para uso em grandes animais
------------------------	------------------------	--------------------------------------	---------	-----------------------------